

EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE MUDANÇAS: A *REVISTA DO ENSINO* E OS PRINCÍPIOS DA ESCOLA NOVA EM MINAS GERAIS (1927-1937)

Monique Adriele da Silva
Amanda Luísa da Silva

Resumo:

A presente comunicação tem por finalidade discutir, sob o prisma da História da Educação em Minas Gerais, as propostas contidas da *Revista do Ensino*, no período compreendido entre 1927 a 1937. As questões centrais que foram abordadas neste texto são: a preocupação com a formação de professores no estado, o surgimento dos grupos escolares, bem como as iniciativas do governo do estado para introduzir os princípios da Escola Nova em Minas Gerais. Também recebe atenção o Manifesto dos Pioneiros da Educação de 1932, dado que este documento representa a manifestação pública, por parte de alguns intelectuais brasileiros, de descontentamento com a situação educacional do País. As fontes documentais que subsidiaram a elaboração deste texto foram doze artigos da *Revista do Ensino* para o período em análise.

Palavras-chaves: Escola Nova, Formação de professores, Grupos Escolares.

Introdução

O presente trabalho é resultado do projeto de Iniciação Científica com o seguinte título Educação Tempos de Mudanças: A *Revista do Ensino* e os princípios da escola nova em Minas Gerais (1927-1937), financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que apresenta como objeto de estudo a História da Educação em Minas Gerais, tendo como uma das fontes utilizadas os artigos da *Revista do Ensino*. Desta forma, tem-se por como objetivo discutir o período de 1927 a 1937 aprofundando nas questões da formação de professores, surgimentos dos grupos escolares, a chegada da Escola Nova. A Escola Nova chega ao Brasil através de intelectuais, mas o nome de grande destaque para a propagação do movimento escolanovista no Brasil foi do filósofo John Dewey. Este movimento tem como objetivo destacar uma maior atenção para Educação, pois se via uma necessidade da sociedade. Assim teve um impacto no Brasil, principalmente no final dos anos 20 e início dos anos 30, pois o movimento escolanovismo desenvolve quando o país passa por uma série de mudanças econômicas, políticas e sociais.

A partir dessas mudanças fizemos um trabalho de redigitalização da *Revista do Ensino*, e a partir disso foi feita uma análise mais aprofundada das revistas. Assim percebemos que ao longo da revista vem se discutindo a Escola Nova, o surgimento dos grupos escolares em Minas Gerais e a formação de professores despertando interesse para os problemas formativos dos profissionais da educação, existente no sistema educacional com isso organizavam congressos para a formação dos docentes.

Também como fonte utilizamos o Manifesto dos Pioneiros da Educação (1932), como fonte, devida a sua importância no campo da educação e das reformas propostas por este documento que agrega a formação docente como uma das ações primordiais para o avanço da educação brasileira.

Mudanças políticas, econômicas, sociais e educacionais no Brasil nos anos 20

Há uma grande montanha de discussões e projetos sobre a instrução pública, propostos a partir da segunda metade do século XIX, fato que pode expressar a importância sobre a educação, principalmente nos últimos 30 anos do século XIX, pois o Brasil passou por mudanças significativas em sua estrutura, fato marcado por uma participação mais ativa do país no comércio externo e maior concentração da população nos centros urbanos.

Foi por meio dessa participação mais ativa no mercado internacional que os ideais de modernização extrapolaram os limites da interferência econômica. Novas concepções, cuja essência é fruto dos ideais pós-revolucionários, chegaram ao Brasil na bagagem dos intelectuais recém-chegados da Europa. Implantadas aqui por uma elite de intelectuais, as quais acreditavam que os ideais de civilização e progresso fariam o país marchar adiante, passaram a se constituir como lema reformador da sociedade brasileira:

É vencendo o atraso cultural e político do país que se faz obra verdadeiramente positiva e civilizadora. Em todos os termos, para usar de uma expressão cara aos homens de então, é preciso por o país “ao nível do século” (BARROS, 1959, p. 165).

A *Ilustração Brasileira* lançou os alicerces para a reforma social, pautada numa visão de mundo racionalista que pudesse edificar a sociedade brasileira nos desígnios da ordem e do progresso. Mas, para isso, era preciso apresentar aos brasileiros novos valores, opostos à visão difundida pela Igreja. Para o restabelecimento de uma nova ordem era necessário afastar do cotidiano as pessoas as explicações de cunho religioso:

O primeiro alicerce da nova ordem social será, pois, a implantação de uma moral que não apele para as razões religiosas, mas para o conhecimento científico do próprio homem. Essa concepção moral deverá incentivar o cumprimento do dever, como realização plena do ser humano. [...] o bem estar social só será atingido mediante a implantação do sistema capitalista, a prosperidade só deverá ser gerada pelo capitalismo (AZZI, 1980, p. 90).

Assim os positivistas brasileiros perceberam a importância de se instituir alguns pontos cruciais para mudanças internas que pudessem fazer o país progredir. Entre eles estava a defesa no estabelecimento de uma ordem republicana que pudesse abolir os privilégios da aristocracia imperial, e isso incluía a abolição da escravidão e a adoção do trabalho livre e assalariado. A monarquia era vista por esses revolucionários como uma ordem retrógrada, desorganizada, e o principal motivo do atraso brasileiro frente às potências capitalistas.

A crença na educação e na escola advém das mudanças socioeconômicas. A escolarização passou a ocupar lugar de destaque no plano político brasileiro porque era preciso formar pessoal qualificado para atuar sistema capitalista daquela época. A necessidade de qualificação, bem como a divisão social e técnica do trabalho, trouxeram a indigência de formação de um sistema de educação homogêneo. A escola, além de ser um espaço de formação de pessoal qualificado, também o seria no que diz respeito à capacidade de incorporar às pessoas a lógica liberal dominante.

A sociedade moderna percebeu nas instituições modernas, dentre elas os espaços de escolarização, como um espaço controlador do tempo e fiscalizador da conduta humana. Isso significou que, nas instituições escolares, sob a ótica liberal conservadora, o indivíduo será moldado de acordo com a função social que ocupará no sistema de produção. As pessoas, submetidas a uma rotina de aprendizados e a tarefas em tempo pré-estabelecido, seriam educadas para, mais tarde, ocuparem um lugar determinado no sistema de produção. Moldados conforme a lógica racionalista, que assolou na escola naquele tempo, e inserida numa cultura de normas dos saberes constituídos, essas pessoas saíam prontas para desempenhar atividades no mundo do trabalho.

Em meio à efervescência dos ideais da modernidade proclamou-se, em 1889, a República no Brasil. O Império foi considerado pelos liberais brasileiros, como uma ordem retrógrada e desorganizada e o principal motivo do atraso brasileiro. Assim, a instauração de um sistema republicano, teve o intuito de romper com os indícios de atraso social representado pela forma de governo anterior e instaurar uma nova mentalidade.

Com a instauração do novo regime político, em tese, o Brasil seria colocado no caminho do progresso. As formações de cidadãos iluminados pela ciência e pelos valores morais e cívicos compuseram em ideais dos republicanos. A aspiração de fazer concretizar os ideais de ordem e progresso fez com que os republicanos brasileiros fizessem a educação como elemento fundamental para consolidação de uma efetiva reforma social.

As iniciativas educacionais no Brasil ocorreram devido a onda de nacionalismo gerada, pela I Guerra Mundial, pois

Era preciso nacionalizar o País, ameaçado em sua ordem interna pela “formação de estrangeiros” no Sul, e nos grandes centros pela infiltração de anarquistas estrangeiros. A criação de uma vasta rede de ensino primário é vista então como o instrumento adequado à consecução desse objetivo. A campanha pela divulgação da escola elementar adquire, então, o caráter de combate ao estrangeirismo. Apela também para o sentimento nacionalista do povo brasileiro, na medida em que chama a atenção para a necessidade de se recuperar a imagem do País no exterior, comprometida pela divulgação de uma pesquisa realizada nos Estados Unidos, que aponta o Brasil como o País de maior taxa de analfabetismo em todo mundo. O analfabetismo adquire então o caráter de uma enorme chaga, que nos impede de pertencer ao grupo das nações cultas e desenvolvidas. (PEIXOTO, 1983, p.41 e 42).

Princípios da Escola Nova em Minas Gerais – A Reforma Francisco Campos

Ocorram duas Reformas de Francisco Campos a primeira no final de 1927 e início de 1928 e a segunda em 1931. A primeira reforma foi uma tentativa de modernização no ensino primário e normal com influencia do movimento escolanovista na qual possuía um ideário liberal acreditando que a educação era para promoção social surgindo então o “otimismo pedagógico”, mas durante o ano de 1926 já havia uma sondagem sobre a visão do professorado em relação à educação escolar.

A segunda Reforma de foi a de 1931 considerada uma modernização no ensino secundário brasileiro, pois foi estabelecido no ensino uma série de medidas como o aumento do número de anos no curso secundário, a divisão em dois ciclos, a seriação do currículo, a frequência obrigatória dos alunos na aula e a reestruturação de inspeção federal. Esta reforma pode ser considerada um marco no campo educacional.

Tal reforma só aconteceu devido às discussões que antecederam sobre a educação no país no final da década de 20 que aconteceu no Governo de Antônio Carlos

Para a construção dessa sociedade a educação tem um papel de destaque uma vez que da escolaridade depende o direito do voto. Além disso educação adquire o caráter de instrumento nivelador,

capaz de garantir aos indivíduos oportunidades sociais (PEIXOTO, 1983, p. 80)

Assim a Reforma Francisco Campos vem questionar o regime de cursos preparatórios e os exames parcelados assim apresentavam proposta de mudanças neste ensino. Mas só com a Revolução de 30 no governo provisório de Getúlio Vargas é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública na qual Francisco Campos foi o primeiro a ser indicado e assim a reforma no ensino secundário foi oficializada pelo Decreto nº 18.890, de 18 de abril de 1931.

A frequência que passava a ser obrigatória após a Reforma Francisco Campos cria-se o diário de classe para o controle da frequência.

A necessidade de um regimento interno foi assinalada pelos inspetores visando regulamentar as relações internas, às vezes tensas e problemáticas.

O diretor era o guardião da ordem e da disciplina, tanto dos professores quanto dos alunos. Uma das medidas adotadas na época para controlar o trabalho docente foi a instituição do Diário de Lições ou Diário de Classe (SOUZA, 1998, p.84)

A Revista do Ensino como propagadora da Escola Nova

No século XIX num contexto de mudanças tanto no Brasil como em Minas Gerais já abordados no primeiro item surge a *Revista do Ensino* que era um órgão oficial do governo na qual tinha o intuito de discutir sobre as reformas no ensino em Minas Gerais. Eram enviadas as revistas gratuitamente aos professores, inspetores do ensino e funcionários da instrução pública do Estado.

Dividida em duas partes a revista na primeira era dirigida ao professorado falando da corrente da evolução primária e interesses didáticos já na segunda para eram destinados a sociedade, pois falava dos fatores e ocorrências locais, dados estatísticos a instrução e atos oficiais.

As fontes documentais que subsidiaram a elaboração foram doze artigos da *Revista do Ensino* que vão discutir profundamente as reformas do ensino primário, formação de professores e o surgimento dos grupos escolares que possuía ideias republicanas, positivistas e liberais estas concepções foram adquiridas no andamento da escolarização, buscando a racionalização do ensino público de Minas Gerias e a Escola Nova tendo como pensamento liberal a formação dentro da escola preparando os alunos ao trabalho devido à modernização industrial que se instalava no período de 1930.

De acordo com a *Revista do Ensino* acontece a 1º conferencia para os ideais gerais sobre o ensino primário discutindo a importância da escola e da instrução pública

para a solução dos problemas sociais que acontecia não apenas no Estado de Minas Gérias, mas no país inteiro assim “falar da escola e da instrução é levantar o véo para a questão mais vasta, mais difficil e mais urgente do momento actual, a questão que abrange todo o problema social, porquanto a escola depende do lar e o lar depende da escola”(REVISTA DO ENSINO s/p).

Com isso é visto que “abordar o problema da escola, é apresentar desde logo, e, como solução unica, a chave milagosa, suprema e singular, capaz de abrir nos corações o amôr á ordem, á disciplina, á autoridade” (REVISTA DO ENSINO s/p). As ideias pedagógicas colocavam as disciplinas para a formação do caracter tendo como objetivo dar autonomia ao educando assim proporcionando a auto-educação num período mais avançado da vida.

Em um dos congressos do ensino primário o governo de Minas Gerais autoriza “a reformar o ensino, resolveu o Governo do Estado preliminarmente auscultar a opinião, pelos seus órgãos mais legítimos e mais esclarecidos. Para isso, vae convocar um Congresso de ensino, que se deverá realizar no Capital, em Janeiro proximo, em dias que serão opportunamente designados.” (Revista do ensino s/p).

A Escola Nova – reformas na educação primária

Com tantas reformas do ensino devido o pensamento liberal do capitalismo surge um movimento escolonovista vem para propor uma educação destinada ao trabalho. Este movimento para os “moldes educativos a escola nova seleccionou e ampliou, objectivando realidades inéditas, o conceito de que instrução é systematisação e connexão de conhecimentos. Para que atinja o preparo do individuo destinado á comunidade o seu fim ethico e econômico, devemos procurar não lhe sobre carregar a intelligencia de noções desordenadas.” (REVISTA DO ENSINOs/p)

Com uma nova proposta de educação publica é considerado um laboratório de experiências, pois “gosando de ampla autonomia dentra da organização do ensino oficial, ensaia os novos metodospedagogico antes de serem aplicados ás demais escolas publicas; apoia-se nos resultados de psicologia infantil e das demais cienciasbasicas da psicologia (filosofia, sociologia e biologia); trata de intensificar o desenvolvimento da vida infantil em todos os seus aspétos (físicos e espirituais) sem outros fins transcendentais nem utilitarios.” (REVISTA DO ENSINO s/p)

Assim a Escola Nova é vista como “horizonte social, - aquelle horizonte cheio a um tempo de miragens de Hespérides ou de Cipango, - ouro de Klondike, abrindo um

sol de suavidade e de promissões sobre a brancura monótona das neves perennes, - que Renan imaginou para a juventude; immenso, movediço e phosphorescente em occasiões outras, do tonalidades verdes e azues, como os horizontes marinhos, abysmo de sonhos e duras realidades.” (*REVISTA DO ENSINO* s/p)

Surgindo um amplo projeto civilizador para gestar de educação popular, pois ressaltava a necessidade política e social, exigindo a alfabetização para acontecer a participação políticas (eleições diretas), tornava

a difusão da instrução primária indispensável para a consolidação do regime republicano. Além disso, a educação popular passa a ser considerada um elemento propulsor, um instrumento importante no projeto prometéico de civilização da nação brasileira (SOUZA, 1998, p.27).

Para ajudar nesta organização da nova implantação do ensino surgem os grupos escolares que eram formados pela elite, no qual vem para garantir igualdade de ensino tendo como objetivo dentro da escola observar as seguintes “a) a matricula; b) a frequência; c) a organização das classes; d) a qualidade do ensino ministrado; e) os methodos e processos usados; f) o funcionamento das instituições escolares, de que cogita o Regulamento, incluídas o Caixa Escolar e a Bibliotheca.” (*REVISTA DO ENSINO* s/p). Os grupos escolares faziam visitas à escola para saber deste funcionamento dita acima podemos compará-los hoje em dia com os inspectores.

Os grupos escolares vem atuar dentro das escolas com a seguinte essência:

A classificação igualitária (homogênea) dos alunos constituiu-se numa das grandes revoluções na organização do ensino primário, sendo considerada a essência mesma da escola graduada. Juntamente com ela surgem as noções de classe e série. (SOUZA, 1998, p. 33)

“Mensalmente o director ou professor por elle incumbido remetterá á Inspectoria Geral da Instrucção Publica breve relatório do que houver sido feito no sentido desta portaria, devendo quando enviado por professor, trazendo o visto do director.” (*REVISTA DO ENSINO* s/p)

“Além de outras sancções constantes do Regulamento e que serão applicadas aos que demonstram negligencia ou incapacidade na execução dos principios da reforma, ficam desde já instituidos dez premios denominados “Premios para a Execução da Reforma”, os quaessarão conferidos aos grupos dos classificados nos dez primeiros logares. Taespremios consistirão em viagens de aperfeiçoamento e de estudo no próprio paiz ou no estrangeiro.” (*REVISTA DO ESNINO* s/p)

Revista do Ensino – A profissão do professor

A *Revista do Ensino* vem questionando o “porque em todas as carreiras, como por exemplo, a do medico e a do jurista, se pedem estudos especiaes, certificados especiaes, curso regular e não se exige para a tarefa de professor?” (*REVISTA DO ENSINO* s/p)

Na monarquia não existia a preocupação com a formação de professores só a partir da Primeira Republica e com o movimento escolonovista que mostra que a educação consegue modernizar o país, pois até então só existia as chamadas escolas de primeiras letras que “quando se tem necessidade de um professor, quer primario, quer secundário, quer superior, basta estender a mão e tomar a primeira pessoa medianamente ou minimamente letrada e servirá de professor.” (*REVISTA DO ENSINO* s/p)

Já nos primeiros anos de Republica os governantes começam a perceber a necessidade de investir na formação dos professores e na valorização do magistério através da reforma da Escola Normal e no melhoramento dos salários aos professores. O trabalho feminino no campo da educação vinha ganhando força principalmente na metade do século XIX.

De um lado sobressai o apelo à natureza feminina voltada para o cuidado e guarda natural da criança; assim, o instinto maternal da mulher é o argumento para justificar a sua incorporação nesse campo de trabalho; por outro, podemos perceber nas palavras do parecerista um argumento mais persuasivo de natureza pragmática – a necessidade de suprir trabalhadores em larga escala para uma atividade pouco atrativa (SOUZA, 1998, p.63).

A Escola Normal oferecia uma formação enciclopédia para os professores tendo um

forte conteúdo de cultura geral: línguas (português, francês, latim, inglês), aritmética, álgebra, geometria, trigonometria, caligrafia, desenho, física, química, astronomia, geografia (geral e do Brasil), mecânica, história natural, anatomia, fisiologia e noções de higiene, história (da civilização e do Brasil), trabalhos manuais, ginástica e exercícios de ensino, pedagogia, e educação cívica (SOUZA, 1998, p. 64).

O magistério passava a ser uma profissão digna, reconhecida e edificante, pois os professores passavam a se formar de acordo com a modernidade esta valorização acontecem devido dois aspectos significativos das transformações educacionais.

A importância dada à educação popular nesse período propiciou a constituição de representações sobre a profissão docente nas quais o professor passou a ser responsabilizado pela formação do povo, o elemento reformador da sociedade, o portador de uma nobre missão cívica e patriótica. Era pelo professor que se poderia reformar a escola

e levá-la a realizar as grandes finalidades de educação pública (SOUZA, 1998, p. 61).

Manifesto dos Pioneiros de 1932 – Formação de Professores

Depois de analisar a *Revista do Ensino* sobre suas discussões da formação dos docentes, surgimentos dos grupos escolares e a chegada da Escola Nova analisamos o Manifesto dos Pioneiros da Educação (1932), devido a sua importância no campo da educação e das reformas propostas por este documento, o qual agrega a formação docente, como uma das ações primordiais para o avanço da educação brasileira.

O Manifesto dos Pioneiros de 1932 foi escrito durante o governo de Getúlio Vargas pela elite intelectual no qual possuíam diferentes posições ideológicas baseando numa reforma social. Podemos dar destaque alguns intelectuais que foram Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo. O motivo principal deste documento era a desorganização do aparelho escolar tanto no aspecto filosófico e social quanto no aspecto técnico.

Podemos considerar que o documento foi um marco na renovação educacional do país, pois defendia que a escola deveria ser laica, gratuita, obrigatória e co-educação. Assim a educação passava a ser de responsabilidade do estado, deveria ser uma escola acessível a todos e de cunho social. Com isto a Escola Nova ganha destaque, pois umas das suas propostas eram manter a vinculação da escola com o meio social.

Considerações Finais

No final da década de 20 e início de 30 houve várias mudanças, no que diz respeito aos sistemas político, econômicos e sociais. Nesse contexto de transformações, as lutas por reformas educacionais tornaram-se, em um primeiro momento, plataformas de muitos governos estaduais, mas ao mesmo tempo, obstáculos a eles mesmos, dado o volume de reivindicações por melhorias no ensino.

Neste período de efervescência política-educacional principalmente em Minas Gérias acontece à principal reforma no ensino que foi a Reforma Francisco Campos de 1927/28 tendo por finalidade a modernização do cenário educacional mineiro, mesmo assim a base do sistema econômico que era conservador se manteve.

A Escola Nova que possui um dos seus princípios que era a necessidade de expansão da escolarização apoiando em 1932 a construção do Manifesto dos Pioneiro

no qual vai ser se suma importância no contexto educacional que passava por mudanças na escola pública, questionava a formação dos professores.

Referencias

AZZI, Riolando. A concepção da ordem social segundo o Positivismo Ortodoxo brasileiro. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1980.

BORGES, Vavy Pacheco. O que é história? 19, ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1994.

BARROS, Roque Spencer Maciel. A ilustração brasileira e a idéia de universidade. São Paulo, SP: EDUSP/ Convívio, 1959.

CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de; CARVALHO, Carlos Henrique de (Orgs.). O lugar da Educação: Na modernidade *lusó-brasileira* no final do século XIX e início do XX. Campinas, SP: Alínea, 2012.

CARVALHO, Carlos Henrique de; GONÇALVES NETO, Wenceslau (Orgs.). O município e a Educação no Brasil: Minas Gerais na Primeira República. Campinas, SP: Alínea, 2012.

CARVALHO, Carlos Henrique de. República e Imprensa: As influências do Positivismo na concepção de Educação do professor Honorio Guimarães – Uberabinha-MG (1905-1922). Uberlândia, MG: EDUFU, 2004.

JR. Paulo Ghiraldelli. História da Educação. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 1994.

LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). 500 anos de Educação no Brasil. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOBATO, Monteiro. Urupês. 14. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1947.

NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na Primeira República. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 1974.

PEIXOTO, AnaMaria C. Educação no Brasil anos vinte.1 ed. São Paulo: Loyola, 1983.

SOUZA, Rosa Fátima de. Templos de Civilização: A Implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). 1. ed. São Paulo: Ed. Da UNESP, 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves. 80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate Educação e Pesquisa, vol. 39, núm. 3, julio-septiembre, 2013, p. 577-588.